

ECOLOGIA

Cleber Bonato/AE

Índios são usados como cobaias na Amazônia, afirma especialista

Doutor em ambiente afirma que estrangeiros agem clandestinamente na região norte do País

JÚLIO OTTOBONI

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS — O primeiro doutor em ambiente do Brasil e vice-diretor do curso de direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Celso Fiorillo, de 39 anos, em entrevista ao Estado, fala sobre o uso de índios como cobaias de experimentos, internacionalização da Amazônia, biopirataria e dos efeitos disso sobre a soberania nacional. Ele foi convidado pelas universidades da Flórida, nos Estados Unidos, e de Saarbrücken, na Alemanha, para ministrar aulas sobre esses temas. Fiorillo é autor do Manual do Direito Ambiental, junto com o professor Marcelo Abelha Rodrigues, e de quatro livros de direito ambiental.

Estado — O senhor tem informação de que índios brasileiros estão servindo de cobaia para experimentos científicos de entidades internacionais?

Celso Fiorillo — Tenho notícias até de setores do campo jurídico e da biologia de que os índios estão sendo submetidos a essas práticas e até sua cultura está sendo afetada. Já estão na Internet estudos de DNA de agrupamentos de índios da Amazônia. Isso beira o nazismo. Esses povos são protegidos pela Constituição e estão sendo colocados na aldeia global.

Estado — Como é feito isso?

Fiorillo — São pessoas que vêm do estrangeiro e até mesmo como militantes de movimentos ecológicos, só que sem seriedade, e se mesclam nas atividades organizacionais locais. E se aproveitam para obter informações, as mais variadas possíveis, de interesse dos grupos internacionais que veladamente representam.

Estado — O Brasil corre risco em sua soberania sobre a Amazônia?

Fiorillo — Corre e isso é um dado muito óbvio. Tem sido objeto em ma-

téria de discussão de segurança nacional. Além disso, o Exército ainda tem o projeto Calha Norte para garantir a segurança interna, enquanto a Armada não exerce essa fiscalização, a quem ficou essa incumbência. Essa é hoje uma dúvida. Os órgãos estão desaparelhados e sem estímulo. Por isso, tanta gente entra e sai da Amazônia como bem entende e faz o que bem entende na região.

Estado — Nesse processo, qual o papel da biopirataria?

Fiorillo — A biopirataria é a visão de algumas multinacionais de utilizar o patrimônio genético brasileiro para fins industriais dos mais variados. Seja na exploração clandestina da fauna, flora ou mesmo do patrimônio cultural. Nós sabemos que grande parte dos medicamentos é feita com componentes da flora nacional, principalmente da amazônica. Esses componentes são utiliza-

dos indevidamente sem que seja paga nenhuma quantia para o Brasil. Esse é um grave problema de soberania.

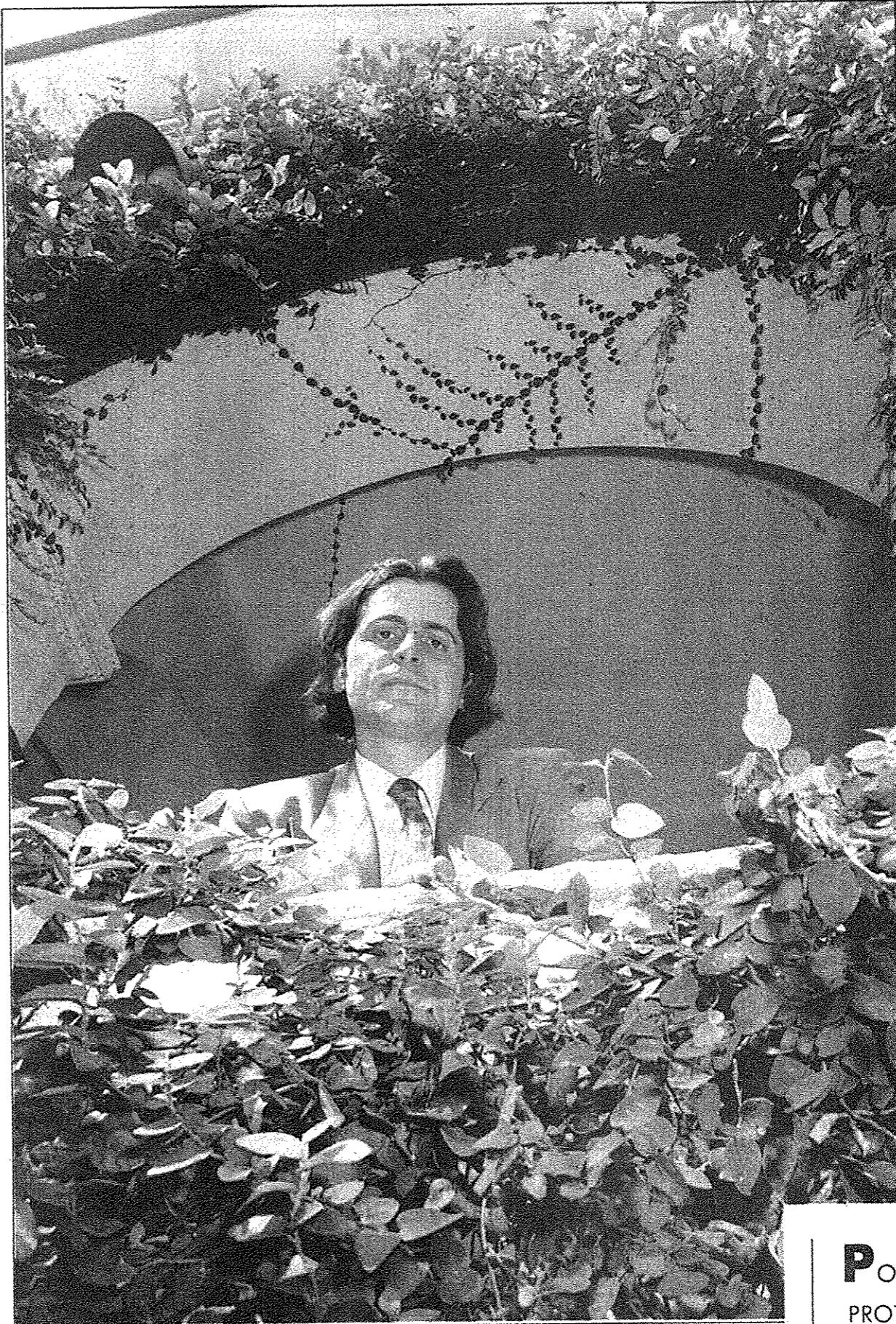
Estado — Qual o segmento mais afetado com isso?

Fiorillo — A flora é ainda a mais atingida. Há centenas de componentes medicinais na cultura indígena do Amazonas que acabam sendo usados na

produção dos remédios. Os grupos mais fortes economicamente, detentores de tecnologias, ingressam na região das mais diversas maneiras à procura desses produtos. Depois o industrializam e revendem para o Terceiro Mundo com valores infinitamente maiores. O Projeto Genoma, que pretende mapear até 2005 toda a genética do indivíduo, levará os países do G-7 (Alemanha, Estados Unidos, Canadá, Japão, França, Grã-Bretanha e Itália) a administrar tudo que for referente a vida. Isso é gravíssimo, porque é querer patentear a vida.

Estado — Como o senhor vê a presença de tantos núcleos estrangeiros na Amazônia?

Fiorillo — Essa é uma questão acalorada. Existe muito interesse econômico por trás, mesmo sob alegação de tratar-se de bens ambientais que pertencem à humanidade. Vários objetos da nossa soberania



Fiorillo: "Estudos de DNA de agrupamentos de índios da Amazônia estão na Internet"

podem estar sendo colocados à disposição de países do Primeiro Mundo, sem nenhum pagamento por isso. Se ainda se discutisse no Congresso a utilização da flora e fauna brasileiras numa contrapartida, como o pagamento de parte da dívida externa, pelo menos o Brasil estaria sendo aliviado. Embora haja a lei do patrimônio genético, que é muito boa, existe uma utilização dos nossos recursos de maneira indiscriminada.

Estado — Mas isso não levaria à

internacionalização da Amazônia?

Fiorillo — Tenho uma visão muito clara disso. Se estivermos diante de um critério que propicie a outras pessoas do planeta utilizar os recursos da floresta havendo uma contrapartida para os brasileiros, estou de acordo. Mas sou completamente contrário ao uso desse discurso para que se viole a soberania nacional sem haver nenhum benefício para nosso País. Na maioria das vezes, os grandes interesses estão em mãos de grupos que não têm o menor interes-

se sobre a qualidade de vida do nosso povo.

Estado — O Brasil corre risco hoje de perder parte deste território?

Fiorillo — Isso é o de menos. Os países industrializados se apoderam de parcelas do território e o exploram como bem entendem. É o caso da Vale do Rio Doce, em que se discute a exploração de bens finitos. Portanto, têm de estar muito claras as regras dessa privatização sem

considerar o que teremos em troca. Na questão ambiental é a mesma coisa. Esse é um assunto de segurança nacional e temos de discuti-lo amplamente, senão vamos dilapidar o patrimônio genético nacional.

Estado — O projeto Sivam pode vir a fiscalizar a Amazônia de uma maneira satisfatória?

Fiorillo — Em vez de milhões de dólares para radares, o melhor é pagar melhor o servidor público que fiscaliza a região. O Sivam é limitado, não tem como controlar 100% o que ocorre na fauna e na flora, e na parte cultural. O problema são as autoridades fazerem de conta que não há uma dilapidação do patrimônio genético. A devastação não é só a queimada, mas a patente de produtos originários da nossa flora e fauna. Esse tipo de domínio é muito perverso e está além do controle militar.

Estado — Qual é hoje a participação das ONGs na discussão da internacionalização da Amazônia?

Fiorillo — Temos organizações não-governamentais que defendem o controle e fiscalização sobre o patrimônio genético, mas temos as que se utilizam de verbas externas em sentido contrário. Muitas autoridades do meio judiciário estão tendo conflitos com essas organizações sobre questões de soberania nacional. As ONGs devem ser fiscalizadas pelo Ministério Público, principalmente nas questões sobre os bens ambientais. Uma associação civil desse tipo, com uma atividade ilícita, tem de ser dissolvida. Esse foi o caso das torcidas organizadas.

Estado — Qual a interferência da globalização na preservação desse patrimônio?

Fiorillo — Esse é o nome moderno do colonialismo. Há uma ligação direta dessa política neoliberal com o apoderamento por países desenvolvidos das riquezas do nosso meio ambiente.

Estado — E as medidas do governo federal limitando as ações na Amazônia que foram tomadas recentemente?

Fiorillo — São muito boas, mas uma coisa é colocar essas medidas no papel para satisfazer a imprensa e outro ponto é a prática disso. Para fiscalizar é necessário ter servidores públicos federais. O número de funcioná-

rios é ridículo, não adianta dizer que temos uma política para conter a retirada desses bens enquanto estão querendo enxugar a máquina do Estado. O Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal tem sido tratado como simples perfumaria, embora seja fundamental para a manutenção da soberania e do ambiente.

POVOS SÃO PROTEGIDOS PELA CONSTITUIÇÃO